

LAZER E MEIO AMBIENTE: A EXPERIÊNCIA DA CIDADE DE CURITIBA-PR

LEISURE AND ENVIRONMENT: THE EXPERIENCE OF THE CITY OF CURITIBA-PR

*Simone Rechia*¹

Curitiba, historicamente, tem privilegiado ações de planejamento urbano que associam preservação ambiental à criação de espaços públicos de lazer e a projetos culturais, através da implantação de instâncias formais, responsáveis pelo Meio Ambiente, e de legislações específicas, preventivas e inovadoras no cenário brasileiro. Estas ações têm ajudado a cidade a enfrentar alguns problemas oriundos da degradação ambiental.

Há mais de um século, a legislação municipal procura ir além da mera ordenação física do território. Ela estabelece normas de conduta para a manutenção de um ambiente urbano sadio, definindo arruamentos, alinhamentos prediais, técnicas de construção, normas de higiene e saneamento, arborização, entre outras.

Assim, a partir da implementação de alguns projetos de planejamento urbano institucionalizou-se a tradição curitibana de preservar grandes áreas verdes transformando-as em espaços para a potencialização da cultura local e para o lazer comunitário, além de servir para o desenvolvimento de centros de pesquisa os quais incluem atividades de educação ambiental.

Segundo documentos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA),² no que diz respeito aos marcos vegetais, a cidade conta com um total de áreas verdes (públicas e privadas) igual a 77.786.020 m², e de arborização em vias públicas tem mais 3.939.600 m². De um índice inferior a 1 metro quadrado de área verde por habitante no final dos anos 60, atingiu-se 16 metros quadrados por habitante no final de 1974 — índice estipulado como mínimo pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Atualmente, Curitiba apresenta uma área de 49,02 m² de área verde por habitante.

Tais fatos têm conferido à cidade de Curitiba um reconhecimento positivo em relação a outras capitais do país, como pode ser visto em algumas considerações da mídia a seu respeito: “A melhor e mais inovadora cidade do país”; “Uma capital que garante a seus cidadãos qualidade de vida”; “Cidade com uma paisagem urbana diferente, devido à expressiva arborização, ao embelezamento de suas praças,

¹ Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná; CEPELS (Centro de Pesquisa em Esporte, Lazer e Sociedade) – UFPR.

² Dados retirados PMC/SMMA- 2002.

bosques e parques” (VEJA, 2001). Entretanto, como adverte Sánchez (2003, p.202),

A visibilidade adquirida por esse projeto de cidade, em Curitiba, e a ressonância midiática alcançada em cada nova intervenção são construídas também por meio do acionamento de identidades por oposição. Estas imagens oficiais, as representações positivas sobre Curitiba são balizadas por representações negativas associadas a outras capitais e metrópoles. A ocorrência dessa identidade contrastada parece iluminar a imagem de modelo e fortalecer a síntese ‘Brasil viável’.

Embora essa perspectiva, sob o ponto de vista crítico, possa criar expectativas uniformizadoras, pode-se salientar que mesmo diante desses problemas existem muitas iniciativas promissoras no processo de modernização da cidade. Destaco aqui as políticas de preservação de áreas verdes, as quais incluem a intensa criação de parques, praças e bosques em Curitiba a partir dos anos 70, resultado de um planejamento urbano implementado pelo IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) a partir do Plano Diretor da cidade.

É neste sentido que se torna pertinente analisar algumas questões mais amplas referentes aos pressupostos urbanos que estão sustentando tais intervenções. Portanto, busco desenvolver uma breve análise a respeito da temática ambiental como consolidação da marca identitária: “Curitiba, capital ecológica”. Esse procedimento poderá auxiliar a compreensão do modelo urbanístico adotado por Curitiba para a transformação de grandes áreas verdes em espaços de lazer e cultura, associados às políticas ambientais.

A Temática Ambiental Como Consolidação da Marca Identitária: “Curitiba, Capital Ecológica”

O Brasil inicia um novo século apresentando uma tendência internacional, observada nas grandes cidades, que é a busca por uma melhor qualidade de vida urbana. Analiso nesta seção as mudanças ocorridas a partir da década de 70 no tratamento da questão ambiental, interpretando suas conseqüências para as políticas públicas e para o planejamento da cidade de Curitiba em particular.

Para iniciar esta reflexão, atenta aos limites de datação, vou me deter mais ao início dos anos 70, um tempo em que, em todo o mundo, a preocupação com o meio ambiente assume níveis impensáveis de importância em plena era da industrialização. Deste modo, no Brasil, os primórdios e os modelos que guiaram a defesa de um meio ambiente em acelerada degradação foi aspiração de poucas pessoas, as quais estavam atentas a esse processo. Para essas pessoas a natureza deveria ser conhecida e protegida como dom, antes que, pelas agressões sofridas por parte do homem, ela se tornasse uma ameaça ao próprio homem. Haveria um papel civilizatório na manipulação racional da criação do espaço para corrigir a urbanização descontrolada. Como um projeto de conciliação entre o sujeito e seu espaço urbano.

Embora a cidade conserve um pouco o prestígio que lhe foi atribuído pela Grécia Antiga, como lugar em que se forja a democracia e a civilidade dos humanos, ela transforma-se aos poucos também em sede do capital e em mecanismo privilegiado de acumulação do capital. Leff (2001, p. 288) aponta que os reflexos dessa transformação geram

A centralização política e concentração econômica, que atuam sobre as economias de aglomeração e sugam as riquezas naturais de seu entorno. Resultando em uma concentração urbana que permitiu desvalorizar a força de trabalho nos centros industriais, subvalorizando a natureza, explorando o meio rural e oprimindo suas populações indígenas e camponesas. As urbes foram concentrando as atividades industriais e a produção de rejeitos. A urbanização se deu como processo de artificialização da natureza. Os assentamentos humanos converteram-se em símbolo de modernidade e progresso, levando à desruralização da vida humana. Exaltou-se a urbanização como modelo de civilidade, denegrindo os estilos de vida rural como formas pré-modernas e inferiores de existência.

Assim, a conexão entre cidade e meio ambiente tornou-se tão inevitável quanto controversa. A década de 1970 é o espaço de tempo utilizado por Menezes (1996, p. 34) para discorrer sobre o tema “O milagre brasileiro” e as respectivas “promessas” não-cumpridas, destacando que naquela época vislumbrava-se um novo horizonte para o Brasil. Os problemas sociais não eram considerados relevantes, pois se resolveriam como consequência do crescimento econômico. Nesse contexto, a cidade deveria ser um aspecto relevante no processo econômico, isto é, precisava estar ajustada ao projeto desenvolvimentista e representar os anseios de um país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno. O planejamento urbano assumiu, nesse momento, um papel estratégico.

Os planejadores deveriam preparar as cidades para a industrialização (sinônimo de desenvolvimento) desconhecendo ou ignorando o impacto sobre o meio ambiente. Os efeitos ambientais resultantes do processo de desenvolvimento das civilizações refletem uma das faces mais cruéis da crise contemporânea com referência à ciência e ao modelo econômico adotado pelas sociedades modernas.

Na década de 70, ápice do modelo economicista, Sachs (1970), em um texto que buscou refletir sobre essa crise, alertou quanto à necessidade de abrangência do conceito de desenvolvimento, apontando que até aquele momento seu entendimento era reduzido à dimensão do crescimento econômico, negligenciando as dimensões sociais e culturais, enfatizando que o progresso material estava em primeiro plano em detrimento do âmbito político e social. Criticou, também, a visão economicista da relação homem-meio e sugeriu uma visão histórica que considerasse a tecnologia, a psicologia e a estética.

A crítica ao desenvolvimento predatório tem se intensificado, mas não cabe, aqui, uma revisão histórica pormenorizada da evolução do tratamento da questão “degradação ambiental”. Pretendo apenas destacar alguns movimentos ambientalistas que apontam para um avanço na mudança de entendimento do meio ambiente, especialmente no que tange aos espaços naturais preservados nas grandes cidades.

Nesta direção, o discurso do desenvolvimento sustentável foi sendo incorporado, legitimado, oficializado e difundido amplamente nos projetos urbanísticos das cidades com base em pressupostos teóricos gerados a partir de movimentos ambientalistas surgidos nos anos 60. Tais movimentos se expandiram nos anos 70 depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano realizada em Estocolmo, em 1972, momento em que foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizador da modernidade. Leff (2001, p. 17) aponta que

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente como uma nova visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização. O ambiente emerge com um saber reintegrador da diversidade, de novos valores éticos e estéticos e dos potenciais sinérgicos gerados pela articulação de processos ecológicos, tecnológicos e culturais. O saber ambiental ocupa seu lugar no vazio deixado pelo progresso da racionalidade científica, como sintoma de sua falta de conhecimento e como sinal de um processo interminável de produção teórica e de ações práticas orientadas por uma utopia: a construção de um mundo sustentável, democrático e diverso.

Portanto, a degradação ambiental se manifesta como sintoma de uma crise de civilização, convocando governantes e comunidades a rever suas bases de crescimento e desenvolvimento, além de imputar às cidades responsabilidades ambientais em busca de uma melhor qualidade de vidas nos grandes centros urbanos.

Desta forma, gestores públicos estão preocupados com a questão ambiental e permanecem até certo ponto atentos aos problemas que envolvem o equilíbrio do meio ambiente, em toda sua extensão. Os detalhes cotidianos revelam que a preocupação com a problemática ambiental é uma constante, principalmente depois da conscientização mundial de que os recursos naturais não são infinitos, logo, o seu esgotamento representa a inviabilidade de vida no planeta.

O desafio está em encontrar um novo modelo de desenvolvimento, que associe crescimento econômico/progresso com qualidade de vida/sustentabilidade dos recursos. Para Luchiari (2001, p. 29), o período contemporâneo incorpora às práticas e aos discursos da sustentabilidade os atributos de “democracia,

participação, descentralização, eficiência, equidade, cidadania, autonomia e pertencimento, passando a apontar a esfera local para a sua realização”.

Surtem assim abordagens mais críticas e progressistas da sustentabilidade principalmente com base nos conceitos de sociedades sustentáveis a partir da Conferência do Rio de Janeiro, de 1992, que restabeleceu o enfoque do termo “meio ambiente” e sua relação com o desenvolvimento que, segundo Marcondes (1999, p. 48), manteve as teses de Estocolmo, propagando a idéia de direitos e responsabilidades na questão ambiental entre os países. Isso gerou uma agenda de compromissos, a Agenda 21 — documento abrangente e de maior alcance no que concerne à questão ambiental — e a Declaração Conjunta das Cidades e Autoridades Locais, produzida durante evento internacional, preparatório para a Conferência do Rio de Janeiro, em Curitiba (1992), por prefeitos e líderes de governos locais e autoridades metropolitanas.

Luchiari (2002, p. 29-30) argumenta que o conceito de sustentabilidade ampliada, apontado nesses documentos oficiais, sugere um salto qualitativo das análises a partir da incorporação das dimensões sociais, culturais e éticas, além das ecológicas e econômicas. No entanto, para a autora,

Essas concepções mais progressistas, em relação à visão mais conservadora do início do ambientalismo, não afastaram as contradições sociais do desenvolvimento econômico que, ao incorporar os atributos ambientais e sociais — antes compreendidos como externalidades —, transformou a sustentabilidade local como objeto de inúmeras intervenções do mercado e das políticas públicas, visando transformar o lugar em uma mercadoria atrativa economicamente (SANCHES; MOURA, 1999). Nesse processo, ao incorporarem os discursos de sustentabilidade social e ambiental, inúmeros projetos de requalificação/refuncionalização urbanas vêm realçando a atratividade dos lugares com a construção de territorialidades seletivas. O capital cultural dessas cidades é capturado pelo empreedimentismo de mercado que, por meio da revitalização, vende um fragmento idealizado da cidade para aqueles que podem pagar mais (LUCHIARI, 2002. p. 30).

Assim, o discurso da sustentabilidade admite várias interpretações que correspondem a visões, interesses e estratégias alternativas de desenvolvimento. Leff (2001, p. 319) pondera que, por um lado, “as políticas neoliberais estão levando a capitalizar a natureza, a ética e a cultura”. Por outro, “os princípios de racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na (re)apropriação da natureza, na (re)significação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores do humanismo”.

Gostaria de destacar que os princípios da racionalidade ambiental apontados por Leff (2001), podem ser levemente sentidos no planejamento urbano da cidade de

Curitiba, tornando-a referência nas discussões ambientais brasileiras, uma vez que certas intervenções urbanísticas se inserem dentro de uma proposta que associa “cidade/homem/natureza”.

Curitiba foi sede do evento de preparação para a ECO 92 em função do planejamento urbano municipal que por meio de projetos urbanísticos busca uma sustentabilidade local. Por esse motivo, figurou como manchete de jornais e revistas nacionais e internacionais como: “cidade-modelo”, “cidade planejada”, “cidade ecológica”, “cidade moderna e humana”, “metrópole verde”, “capital brasileira de qualidade de vida”. Portanto, a insistência em querer dar um perfil histórico/cultural à cidade, criando parques e bosques urbanos com a idéia de criação de pontos de encontro, assimilando a questão ambiental no planejamento, relacionando-a inclusive com a cultura de seus imigrantes, criou uma marca identitária do lugar que lhe conferiu status mundial e a colocou como modelo de “cidade ecologicamente correta”.

Entretanto, estudos³ demonstram que ainda estamos longe de alcançar essa meta, pois paralelamente aos espaços de lazer junto à natureza existem muitos problemas de ordem ambiental a serem resolvidos para realmente sermos “ecologicamente corretos”. Segundo Pereira (2001, p. 49), a cidade de Curitiba “demonstra as contradições da produção do espaço que se baseia em um conceito de ‘progresso’ urbano que contém em si mesmo sua negação: a qualidade de uma área é medida em contradição à precariedade de outras”. Para autora essa contradição da dinâmica urbana pode ser expressa em números:

Existem na cidade 57.333 domicílios em condição irregular, onde habitam cerca de 200.000 pessoas sem recursos para adquirir um terreno de forma legal [...] Nessa mesma cidade a Prefeitura Municipal informa a existência de pelo menos 42.046 terrenos baldios ou construções abandonadas, locais que têm atormentado a vida de muitos moradores por se transformarem em depósitos de lixo alternativos, viveiros de insetos ou outros animais.

Sem desconsiderar as questões críticas que envolvem a cidade com seus desdobramentos negativos decorrentes dos fatores apontados, os quais geram um quadro caótico de vida urbana para algumas pessoas, a pergunta que permanece em pauta é: como enfrentar essa situação, que se repete em várias cidades, de modo a tornar a prática urbanística uma “ação de resistência” à exclusão e à degradação?

Não se trata de ignorar tais estatísticas nem os reflexos dessas questões sobre a vida cotidiana nas cidades. Muito pelo contrário, nunca é demais salientar a necessidade urgente de políticas públicas adequadas e eficazes para dar conta dessa problemática.

³ Estudos sobre a questão ambiental de Curitiba divulgados na publicação semestral do curso de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, intitulada Desenvolvimento e Meio Ambiente, n° 3, jan./jun.2001. Especificamente no artigo de Pereira (2001) “A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental” (p.33).

Embora tenhamos muitos problemas urbanos de ordem política, social e econômica na cidade de Curitiba, não se pode deixar de reconhecer alguns bons resultados no processo de desenvolvimento urbano da cidade, especialmente se forem considerados alguns programas⁴ e ações. Tais fatos podem estar relacionados ao processo de institucionalização do planejamento urbano, o qual desempenhou função ímpar na conquista de status alcançado atualmente por Curitiba, o que a diferencia de muitas outras cidades que foram crescendo sem planejamento. Algumas políticas ambientais foram consequência dessas ações e hoje apresentam boas perspectivas.

Oliveira (2000) comenta que, na década de 70, o sucesso curitibano já intrigava vários gestores públicos, porque a cidade demonstrava estar atenta aos problemas de transporte e circulação, iniciava uma política de preservação de áreas verdes, desenvolvia o sistema habitacional e educacional e tinha preocupações com referência ao resgate cultural, razões pelas quais, na época, se diferenciou de outras capitais brasileiras. Esses projetos já estavam sustentados em alguns princípios norteadores que posteriormente seriam considerados prioritários para as gestões municipais brasileiras na consecução das agendas 21 Locais.

A Agenda 21 foi então o documento adotado por Curitiba para (re)orientar suas intervenções urbanas, as quais já tinham desde sua gênese o objetivo de criar uma identidade para a cidade. Foi por meio das discussões ambientais que essa marca tomou forma, pois suas intervenções que a princípio eram centradas no binômio cidade/cultura como identidade a partir daí passaram a ser direcionadas também para o desenvolvimento da cidade em direção à sustentabilidade ambiental, constituindo um plano de ação a médio e longo prazo para a cidade.

Com o objetivo de demonstrar como foi a utilização desses princípios na realidade local de Curitiba, recorro especificamente à questão dos parques, praças e bosques que são exemplos onde essas estratégias podem ser claramente observadas. No momento da criação dos projetos destinados à preservação de áreas verdes, foram explorados, além dos objetivos de preservação de recursos naturais, a potencialização de equipamentos de lazer, a valorização da memória cultural, a preservação de fontes de água, servindo também, ao disciplinamento do uso do solo, os quais foram utilizados como instrumentos para o saneamento de áreas urbanas, correspondendo a ações voltadas segundo dados oficiais para uma “melhor qualidade de vida”.

Portanto, observa-se a materialização das orientações da Agenda 21 que situa o ser humano no centro de seus objetivos, os quais privilegiam o primeiro princípio da Declaração do Rio de Janeiro (ECO92): “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”. Neste sentido, as preocupações em defesa da cultura local, preservação do meio

⁴ Alguns exemplos são: o programa “Lixo que não é lixo”, programa de separação de lixo doméstico reciclável, e o programa “Câmbio verde”, um programa desenvolvido em áreas de baixa renda, em que a população troca lixo reciclável por hortaliças e verduras.

ambiente e a criação de espaços de lazer em busca de qualidade de vida urbana têm levado Curitiba a destacar-se no cenário nacional e internacional.

Sua legislação ambiental é tida como uma das mais avançadas. Isso porque, por um lado, tem se antecipado aos problemas causados pela poluição ambiental e degradação de ecossistemas. Por outro, tem buscado, por meio de políticas culturais intensas, uma identidade local que sustente tais estratégias, por meio da apropriação social dos lugares na busca por uma melhor qualidade de vida desde a década de 70.

Atualmente, a conexão entre a cidade de Curitiba e o meio ambiente está ancorada no discurso da “qualidade de vida”. Entretanto, faz-se necessário trabalhar com cuidado esse conceito. Leff (2001, p. 30) argumenta que o conceito de qualidade de vida:

Foi considerado como uma reivindicação social, produto da sociedade “pós-materialista” desviando a atenção das necessidades básicas promovidas pelas políticas do bem-estar do Estado, para satisfação de necessidades de caráter mais qualitativo. Desta forma, a qualidade de vida pareceria estar acima das condições da pobreza e sobrevivência. Entretanto, na ótica do Terceiro Mundo, a qualidade de vida toma sentido próprio dentro das condições de desenvolvimento de diferentes culturas, que definem seus estilos e vida, suas normas de consumo, seus gostos, desejos e aspirações.

Neste sentido, o conceito de qualidade de vida reforça os aspectos qualitativos das condições da existência. Essa questão aponta para um novo olhar da vida cotidiana, das formas de consumo e da qualidade do trabalho produtivo.

A qualidade de vida depende da qualidade do ambiente no que tange à conservação do potencial produtivo dos ecossistemas, à valorização e à preservação da base de recursos naturais, a sustentabilidade ecológica do habitat, mas, também, está associada, de acordo com Leff (2001, p. 324), as “formas inéditas de identidade, de cooperação, de solidariedade, de participação e de realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho, de funções criativas e de atividades recreativas”.

Desta forma, torna-se importante a percepção dos sujeitos que vivem nas grandes cidades de suas condições de existência. Nesta percepção se opera uma tensão que pode tanto criar processos de adaptação a situações impostas, como lutas de resistência por uma melhor qualidade de vida urbana. Para Leff (2001, p. 326),

A qualidade de vida se estabelece através de um processo de reapropriação das condições de vida da população em relação com suas necessidades e seus valores subjetivos. Os valores culturais intervêm como mediadores das necessidades básicas e da qualidade de vida da população.

Assim a qualidade de vida se converte no valor fundamental que orienta o desenvolvimento de cada comunidade e o projeto de vida de cada pessoa.

Leff (2001) complementa que na qualidade de vida articulam-se a sobrevivência com as necessidades de emancipação e construção de novas utopias; o real com o simbólico; o objetivo com o subjetivo.

Nesta direção percebe-se que Curitiba tenta buscar a qualidade de vida urbana por meio da potencialização de algumas políticas públicas articuladas em diferentes dimensões: saúde, saneamento, educação, cultura, lazer, transporte, etc., os quais podem estar possibilitando e garantindo ao cidadão que vive nesta cidade uma vida um pouco mais saudável, sobretudo, quando comparado à realidade da urbanização brasileira, porque tenta estabelecer uma relação entre cidade, cidadão e qualidade de vida.

Entretanto, gostaria de deixar claro mais uma vez que, embora a gestão pública realmente adote esta linha de atuação existem pesquisas⁵ realizadas sobre a cidade de Curitiba que indicam existir ainda muitos problemas sócio-ambientais vivenciados na cidade.

Sendo assim, ressalto que a partir de uma análise detalhada sobre o modelo dos parques públicos da cidade de Curitiba e sua conexão entre espaço-lazer, cultura-natureza, é possível estabelecer as seguintes questões: Existe uma relação entre o modelo adotado de parques públicos urbanos em Curitiba com as novas preocupações ambientais; esses espaços de lazer podem determinar um novo padrão de vida coletiva vinculada a valores culturais e ambientais fortemente divulgados pelos movimentos ambientalistas contemporâneos; as áreas verdes preservadas em Curitiba garantem ao cidadão experiências de qualidade no âmbito do lazer junto à natureza.

Diante de tais fatos, podemos considerar que a questão ambiental, foi ponto de partida para a reorientação do planejamento urbano das cidades no que se refere à medição entre espaço construído e a natureza. Especificamente aponto Curitiba como uma das cidades brasileiras que se destaca neste processo pelos pressupostos teóricos da administração pública, desde o final da década de 70, em que a idéia que está posta nos documentos oficiais, os quais movem suas ações no que tange ao lazer e à cultura é de que a “cidade precisa ser construída para seus cidadãos”.

Segundo documentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, “o planejamento de todas as ações e de cada uma delas em particular leva em consideração o futuro, mas executa ações que respondam à demanda por melhoria da qualidade de vida da geração presente”. O prefeito da cidade ao falar sobre as estratégias da gestão pública de Curitiba ressalta:

⁵ Pesquisas divulgadas na publicação semestral do Curso de Pós-graduação em Meio Ambiente na UFPR (Doutorado) intitulada “Desenvolvimento e Meio Ambiente: cidade e ambiente urbano”, n.º 3, Editora UFPR, 2001.

Em Curitiba, a gestão da cidade baseia-se fundamentalmente em duas vertentes de ação: uma que cria, consolida e organiza a infra-estrutura urbana, para que ela funcione, e outra que procura ampliar o acesso a uma vida digna e com qualidade, visando à garantia de satisfação das necessidades materiais e culturais de seus cidadãos (Cássio Taniguchi, Prefeito da cidade)

Mesmo diante das contradições, já apontadas, Curitiba, historicamente, tem privilegiado as ações de planejamento urbano, com preservação ambiental e cultural. A criação de instâncias formais, responsáveis pelo Meio Ambiente, e de legislações específicas e preventivas, tem ajudado a enfrentar alguns problemas da degradação ambiental comuns em áreas de concentração urbana. Desta forma, a incorporação da dimensão ambiental nas políticas públicas da cidade insere Curitiba nas discussões ambientais contemporâneas.

Na tentativa de oferecer subsídios para que possamos visualizar com se efetivam essas propostas no campo do lazer, na próxima seção descrevo alguns espaços públicos da cidade e suas conexões entre espaços e equipamentos de lazer, cultura e meio ambiente.

O Cenário Curitibano: Conexões entre Espaços e Equipamentos de Lazer, Cultura e Meio Ambiente

Curitiba, nos últimos anos, tem sido referência para planejadores urbanos, ambientalistas e líderes municipais, os quais visitam a cidade para conhecer as soluções apontadas pelas políticas públicas locais a alguns males urbanos considerados universais (saúde, transporte, políticas ambientais, etc.). Mas tais visitas visam, principalmente, conhecer os modelos de espaços públicos que associam modernidade, lazer e cultura, promovendo uma forte mediação entre a sociedade e a natureza. Portanto, nessa seção, pretendo localizar o modelo urbanístico de espaços públicos proposto para a cidade, na tentativa de apontar uma possível correlação com as atuais políticas ambientais universais, que tende a lhe conferir uma marca identitária.

Assim, no mundo globalizado, onde segundo Carlos (1996) “a guerra dos lugares” potencializa-se em busca de uma personalidade das cidades, Curitiba vai aos poucos construindo uma identidade local por meio da criação de vários espaços públicos voltados para vivências no âmbito do lazer na natureza.

Com já vimos, a partir da década de 70 a modernidade urbana de Curitiba significou “equipar a cidade”. Segundo documentos oficiais⁶ a diretriz foi dotar a cidade de “instrumentos urbanos em todos os setores da recreação, educação, terminais de transporte e abastecimento”. Datam desse período os principais projetos na área de transportes coletivos, embelezamento, restauração e preservação dos sítios

⁶ Documentos da Prefeitura Municipal de Curitiba, IPPUC, 2003.

históricos, padronização da paisagem urbana, implantação de áreas de lazer, tais como teatros, praças, memoriais, parques e bosques conduzindo a cidade a alcançar o status de “modelo de urbanismo”.

De 1972 a 2003, foram criados diferentes espaços culturais, 30 parques, 300 praças e vários bosques municipais. A maioria desses espaços foi projetada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, supervisionada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e é mantida pelo Departamento de Parques e Praças do município, pela Secretaria Municipal de Cultura e pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

O que chama atenção nos projetos é a simplicidade. Embora conte com alguns equipamentos modernos e de alto custo como é o caso do Parque das Pedreiras, que comporta a Ópera de Arame, do Jardim Botânico com a estufa de plantas e do Parque Barigüi com o Centro de Exposições, os parques, em sua maioria, ocupam áreas com privilegiadas paisagens naturais, ou se constituem em cenários reaproveitados, como no caso das pedreiras desativadas, que abrigam uma concha acústica natural no Parque das Pedreiras ou ainda túnel e cascata natural do Parque Tanguá. Os equipamentos de lazer que compõem os parques exigem pouca manutenção (materiais duráveis como tronco de árvores e outros elementos naturais), o que evita muita substituição.

Agregam-se também a esses ambientes naturais equipamentos a partir de motivações culturais por meio de diversos memoriais étnicos com exposições permanentes de artigos típicos de diferentes colônias de imigrantes europeus.

De modo geral, a diversidade dos usos ocorre sempre dentro do nível cultural e ecológico, incluindo espaços para práticas esportivas, além de dispor de uma estrutura de certa forma semelhante em todos os parques, com pistas de caminhadas, ciclovias, quiosques e espaços para vivências corporais. Com proporções distintas entre os parques e bosques, a presença desse tipo de equipamento é comum em todos os parques.

Os equipamentos vão desde um Centro de Criatividade (escola de arte e ofícios situada no Parque São Lourenço), onde são oferecidos, sob a gerência da Fundação Cultural de Curitiba, oficinas de marcenaria, xilogravura, litogravura, artesanato em palha e vidro, escultura em resina e cerâmica, cursos de dança, canto e instrumentos musicais, e uma biblioteca, uma sala de projeções e um teatro. Além do São Lourenço, o Bosque Alemão e o Bosque Zaninelli também possuem bibliotecas. Alguns parques também contam com museus: Casa do Seringueiro, em homenagem a Chico Mendes (Bosque Gutierrez); Museu de História Natural (Bosque Capão da Imbuia); Museu do Automóvel (Parque Barigüi); Casa do escultor Erbo Stenzel (Parque São Lourenço), Museu botânico (Jardim Botânico), Memorial dos 500 anos de Brasil (Parque Tingüi) entre outros. A UNILIVRE (Universidade Livre do Meio Ambiente) localizada no Bosque Zaninelli, por sua vez, possui até camping. No Parque dos Tropeiros existem canchas de rodeio. Além de tudo isso, há trilhas ecológicas em diversos parques, oferta de algumas modalidades de esportes

náuticos no Parque Iguaçu e no Parque Passaúna e zoológico no Parque Iguaçu e Passeio Público.

Também existem nos parques da cidade alguns projetos que têm como proposta a educação ambiental. A prefeitura municipal vem implementando programas diferenciados em cada parque, entre os quais pode-se destacar o programa de educação ambiental do Zoológico de Curitiba no Parque Iguaçu. O projeto é voltado para visitantes e alunos de escolas públicas e privadas e oferece, por meio de atividades educativas e recreativas, informações sobre as inter-relações entre a fauna, a flora, o meio biótico e os componentes abióticos que compõem o meio ambiente. Existe ainda o projeto do “Acantonamento Ecológico” que atende principalmente a rede municipal de ensino. Esse projeto conta com atividades que acontecem aos sábados e domingos, envolvendo palestras, horta, pomar, minizão (animais domésticos), cerimonial do fogo, trilha noturna, além de diversas atividades recreativas sempre com temas ligados ao meio ambiente.

O projeto de modernização de Curitiba a partir da década de 70 não só potencializou a criação desses espaços como implementou programas culturais adicionais⁷, com o fim de conferir vitalidade a esses lugares enquanto pontos de encontros dos curitibanos.

Esses programas contemplavam os chamados Planos de Recreação, os quais apresentavam propostas relativamente avançadas ao refletirem sobre os problemas ambientais contemporâneos causados pelo avanço da urbanização, a gestão do tempo livre, o equilíbrio psíquico e a oferta de espaços ao ar livre para o lazer, entre outras questões. O que surpreende nesses Planos e no Projeto de Lei atual que dispõe sobre a Política Municipal de Esporte e Lazer de Curitiba é a conexão dessas idéias com outros planos referentes à problemática mais ampla da cidade. Desta forma, a justificativa para a implantação de áreas verdes e equipamentos de recreação, segundo os planejadores urbanos da época e até hoje, está suportada na seguinte questão: “somente a integração dos Planos de Recreação na solução global dos problemas gerais de Curitiba poderá propiciar a máxima fluidez da vida urbana e eficiência das áreas, equipamentos e incentivos programados para a vida dos lazeres” (IPPUC, 1968, p. 3).

Os Planos de Recreação alertavam para dois grandes problemas referentes ao acesso da maioria das pessoas aos espaços públicos de lazer da cidade: a negligência para o lazer e a ecologia na forma física sob a qual a cidade se desenvolvia e a insuficiência do equipamento recreativo quando não fosse acompanhado de medidas que levassem à mudança de hábitos da população.

⁷ Esses programas culturais adicionais elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), datam de 1968, complementados por outros dois, de 1973 e de 1974, que derivavam do Plano Preliminar de Urbanismo, constituindo-se em uma plataforma teórica para a política de implantação e apropriação de áreas verdes para o lazer em Curitiba, ou seja, um conjunto de determinações com caráter normativo, cientificamente embasadas, alçadas previamente ao processo conceitual desses espaços (MATIELLO, 2001).

Segundo Matiello (2001, p. 141), a vanguarda dos Planos de Recreação fica evidenciada nestas duas percepções,

Na primeira, em se considerando a ainda incipiente discussão acerca dos malefícios da urbanização sobre o meio ambiente, e na segunda, reiterando o papel do que seria a comissão de animação, num entendimento que diverge da concepção modernista de urbanismo, onde se acreditava que a própria forma urbana por si só, ou no caso, a existência de um equipamento recreativo, levaria a uma mudança de hábitos, a uma adesão plena ao novo uso.

Um aspecto interessante nesses Planos é a importância atribuída à chamada “comissão de animação”, segundo os documentos do IPPUC (1973, p. 109)

A organização, manutenção e sucesso na implantação de novos centros de animação de bairros, praças e ruas de recreação, bem como suas programações, depende de uma série de fatores, entre os quais o entrosamento entre comissão de animação e as unidades funcionais ou de serviços em cada bairro (paróquias, associações, clubes sociais, esportivos ou de serviços) aos quais caberia participação na escolha, detalhamento, divulgação, execução e avaliação de programas no desenvolvimento de atividades recreativas próprias de bairro.

A formação dessa comissão indica uma certa preocupação com a dinamização dos espaços por uma equipe multidisciplinar cuja função seria estimular a população ao uso dos espaços, por meio de um diálogo entre as comunidades dos bairros e o corpo técnico. Portanto, considero essa proposta avançada para a época. Neste sentido, como salienta Brunhs (1990, p. 212), “quando o indivíduo participa na organização e utilização do meio ambiente, maior identidade e intimidade se estabelecerá com esse meio, com uma melhor compreensão dos problemas envolvidos. Surge, portanto, a praxis do lazer, através desse saber, pois a partir dele, o grupo se reconhece, troca informações e interpreta a realidade em que vive”.

Embora alguns equívocos teóricos estejam presentes na base do modelo de recreação idealizado para a cidade, Matiello (2001, p. 138) ao analisar os Planos de Recreação observa: “a estrutura de recreação urbana era concebida nos planos como conjugação de um elemento estático (espaços e equipamentos) e outro elemento dinâmico (projetos culturais), este último como incentivo à utilização dos espaços”. Sendo assim, os planos indicavam a urgência de uma política de desenvolvimento cultural associada aos espaços, o que de certa forma foi um avanço significativo.

Diante desse contexto, percebemos que mesmo não implantados em sua íntegra, os Planos de Recreação foram fundamentais para a implantação dos espaços públicos de lazer na cidade, principalmente os parques. Sua elaboração, somada

a outros fatores, influenciou a política de criação, planejamento, gestão e apropriação de áreas verdes, inaugurando uma nova dinâmica do lazer em Curitiba. Ressalto, ainda, a fértil idéia da constituição da “comissão de animação”, a qual se dá com mais ênfase neste período, pois demonstrava a contínua preocupação por parte do poder público em promover iniciativas que dessem vida aos espaços.

Assim, o que chama atenção nesta cidade é a estreita vinculação entre os espaços naturais e a cultura local, em que o lazer vivenciado diferencia-se, de certa forma, da perspectiva consumista, circunstancial, funcional, em que o mero entretenimento satisfaz temporariamente as necessidades humanas gerando muitas outras, por meio do consumo de mercadorias. Em Curitiba, percebe-se que o uso dos parques públicos tornou-se uma prática cotidiana vivenciada em vários pontos da cidade e por diferentes grupos de pessoas. Essas experiências podem estar sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito-natureza, gerando um estilo de vida singular no meio ambiente urbano⁸.

Alguns fatores indicam que a comunidade incorporou tal processo e, hoje, os parques públicos compõem a vida cotidiana da cidade.

Uma pesquisa realizada pela engenheira florestal Elisabeth Hildenbrand,⁹ na qual foram entrevistadas 1.831 pessoas, freqüentadores das seis áreas analisadas — Bosque do Alemão, Parque Barigüi, Jardim Botânico, Bosque João Paulo II, Parque São Lourenço e Parque Tanguá — revelou várias questões interessantes, mas o resultado mais positivo para Hildenbrand (2002) foi à comprovação de que “todos os investimentos feitos pelo poder público em áreas verdes em Curitiba dão retorno positivo para a comunidade”. Isso foi comprovado quando as pessoas foram questionadas a respeito da importância desses espaços para a cidade e a maioria absoluta (91,8%) se mostrou favorável aos investimentos públicos em parques urbanos.

As principais utilizações dos parques observadas na pesquisa também demonstram a importância social e econômica das áreas verdes urbanas. O contato com a natureza foi o principal item de atração dos parques (66,8%), revelando que os usuários dos parques de Curitiba buscam um certo estilo de vida, o qual contempla a relação sujeito/natureza por meio de vivências no âmbito do lazer em espaços ao ar livre, apontando para um cotidiano diferenciado no meio urbano.

Gostaria de destacar o índice de 66% de usuários que freqüentam os parques em busca de um contato mais próximo com a natureza. Esse dado é bastante significativo, pois desmistifica a idéia de que as pessoas só estariam usando os parques para praticar “atividades físicas tradicionais”, como corridas e caminhadas, as quais podem ter como finalidade somente o controle de doenças ou a busca pelo “corpo ideal”. Esse índice superior demonstra que na realidade está presente nesses ambientes e em maior percentagem um certo “desfrute do ócio”, o qual inclui

⁸ Partirei do conceito de “meio ambiente urbano” definido como “conjunto das edificações, com suas características construtivas, sua história e memória, seus espaços segregados, a infra-estrutura e os equipamentos de consumo coletivo” (RODRIGUES, 1998, p. 104).

⁹ Pesquisa financiada pela fundação O Boticário de Proteção à Natureza e fundação MCArthur, dos Estados Unidos com dados divulgados no jornal Gazeta do Povo em maio de 2002.

a contemplação ou simplesmente um passeio ao ar livre, o que qualifica essas experiências e as tornam extremamente singulares no meio urbano. Para De Grazia (1966, p. 376),

O ideal do ócio, ainda que requeira uma separação dos laços do trabalho diário, oferece a possibilidade do descobrimento e da criação. Seu desejo de se ver livre de obrigações é diferente do tempo livre. Seu fim é o poder estar tranqüilo, não simplesmente para se guiar na vida, porém para limpar o caminho em direção à verdade, para ser tranqüilamente objetivo. Desta forma a moral e a obrigação transformam-se em ócio pela verdade que as governa.

Nesta perspectiva, e independente da natureza dos espaços públicos considero interessante pensar que essas práticas sociais realizadas nos interstícios da vida cotidiana quando articuladas, estruturadas e sustentadas em valores éticos e culturais podem significar uma certa “linha de fuga” frente às contradições e paradoxos do meio urbano. Da mesma forma, essas práticas podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais diferenciam-se de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas envolvem pelo menos aparentemente a relação ética com a natureza, o convívio um pouco mais harmonioso com a diferença, a autonomia e a vivência com a cultura local. Neste sentido Villaverde (1999, p. 127) ressalta:

A realidade dos espaços da cidade, especialmente os de lazer ao ar livre, parecem não escapar à lógica da cultura de consumo [...], mas talvez seja possível experimentar nesses espaços públicos uma relação mais aproximada com outros elementos da natureza e com uma considerável diversidade de práticas culturais, podendo aí ser encontrados elementos para uma outra perspectiva na vivência do lazer.

Ao focalizarmos as relações existentes entre a população que cuida, aprecia e vive cotidianamente os parques, praças, bosques e espaços culturais da cidade, além das diferenças culturais e os sentidos — materiais e simbólicos — que imprimem à paisagem curitibana, observa-se que o modelo adotado, de espaços públicos destinados a vivências no âmbito do lazer e da cultura, pode estar favorecendo uma identidade com o lugar e conseqüentemente uma preocupação mais acentuada com a questão ambiental.

Nesta direção, gostaria de apontar as vivências no âmbito do lazer em parques públicos urbanos (objeto de minhas investigações) como “tempo da vida”, tempo que pode ser diferenciado da velocidade das transformações produzidas no meio urbano, particularmente nas grandes metrópoles. Esses momentos podem ser compreendidos como cambiantes entre o natural e o construído, entre velocidade e lentidão, entre

produção e contemplação, nos interstícios da vida cotidiana, revelando no horizonte uma nova articulação entre espaço e tempo, tendo como consequência primordial a (re)propriedade do espaço público, o que pode possibilitar a reconstrução da vitalidade da cidade. Para De Decca (2002, p. 61),

Tanto podemos ver nas atividades de lazer a manutenção das tradições e valores de sociedades anteriores ao capitalismo, como podemos apreendê-los em suas dimensões complementares ao trabalho disciplinado. Assim, o lazer pode ser percebido nos interstícios do sistema de fábrica, como espaços e parcelas de tempo não administrados pelo capitalismo, como pode também, ser visto sob o ângulo da administração do tempo livre complementar ao trabalho organizado oriundo da racionalização moderna do capital. O lazer então pode ser entendido tanto pela ótica da acomodação como pela da resistência à imposição dos modos de vida criados pelo sistema de fábrica. Nessa perspectiva é que se delineiam as estratégias dos sujeitos históricos.

Perceber o espaço/tempo do lazer como uma forma de resistência do indivíduo moderno é compreendê-lo no nível da subjetividade, considerando possível a autonomia dos sujeitos gerada a partir dos interstícios do tempo cronometrado do trabalho na vida cotidiana. Neste sentido, De Decca (2002), analisando as obras de E. P. Thompson e suas contribuições à discussão do lazer das classes trabalhadoras, argumenta o seguinte:

O autor (Thompson) defende a recuperação de costumes de uma sociedade e de uma cultura popular resistentes ao tempo dos relógios. Segundo o autor, essa retomada de antigos valores seria a única alternativa culturalmente estruturada dentro de nossas sociedades e Thompson dá uma ênfase ainda maior às sociedades que não se submeteram por completo à lógica da disciplina do tempo do trabalho. Thompson, ao valorizar o conflito de culturas para a análise do capitalismo, enxerga como alternativa ao tempo abstrato e produtivo dos relógios a retomada em um outro nível histórico dos padrões culturais soterrados pela ideologia da acumulação e do progresso material (DE DECCA, 2002. p. 79).

Neste caso, é possível considerar que experiências humanas vivenciadas no tempo-espaço de lazer em ambientes urbanos diferenciados, embora tensionadas pelo mundo do trabalho na sociedade contemporânea, podem significar um importante elo de ligação entre a vida cotidiana, a cultura local e a preservação do meio ambiente, não significando com isso um retrocesso, mas apenas a manutenção de algumas formas de convívio e sociabilidade no cotidiano urbano.

Entender, portanto algumas experiências de lazer como uma possibilidade de resistência significa compreender, segundo Lefebvre (1991), que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientemente ou não, podem realizar — na extensão de suas possibilidades — a crítica de sua vida cotidiana.

Compreendo que a busca por um “modelo” sustentável de espaços públicos requer a rejeição de teorias ultrapassadas, que ignoram a importância do lazer enquanto prática vivenciada e fruída que pode constituir-se em um processo de aprendizagem. A atenção do poder público aos espaços urbanos poderia ser bem mais intensa, com preservação de fato dos ambientes naturais, projetos de educação ambiental, incorporação de equipamentos de lazer que realmente atendam às necessidades dos usuários e principalmente possibilitem a participação comunitária na gestão e implementação desses espaços. Nesta direção, Carvalho (2000, p. 191) nos alerta:

É preciso relacionar-se melhor com a natureza (des)construindo velhas práticas, o que demanda novo padrão cultural, novas relações de produção do espaço social, novas relações sociais e conjunturais [...] o conceito de ‘patrimônio’ é uma construção sociocultural resultante de um processo cultural. Assim, a preservação é uma prática cultural.

Portanto, a questão a ser discutida em relação aos ambientes públicos urbanos e que aparece na observação do cotidiano, refere-se à importância desses espaços para constituição de cenários¹⁰ onde se potencializam redes de relações sociais, cultura local e vivências no âmbito do lazer, isto é, são locais privilegiados de encontros entre pessoas da própria comunidade, a partir dos quais se estreitam laços de sociabilidade, possibilitando muitas vezes um certo exercício da criatividade¹¹ e do fazer político na cidade.

Torna-se imprescindível compreender a dinâmica do espaço/tempo do lazer, potencializando percepções, gerando toda uma gama de emoções, refletindo em possíveis mudanças no modo de ser e de viver, restabelecendo redes de sociabilidade, abrindo caminhos para transformar os espaços públicos em agentes positivos, isto é, a favor de interesses sociais, possibilitando o enfrentamento da realidade e das tensões cotidianas por meio da arte de utilizar esses espaços.

Os encontros entre os sujeitos nos cenários urbanos podem tornar-se exercícios de sociabilidade e representar um “exercício do político, um apelo a experimentar formas de comunidade” (ORTEGA, 2000). Visualiza-se nos parques da cidade de Curitiba algumas possibilidades para potencialização dessas situações,

10 O significado de cenários para Tuan (1980, p. 152) é paisagem ou vista, uma cena pitoresca ou a representação pictórica de uma paisagem. Para o autor, paisagem e cenário agora são quase sinônimos.

11 Falo um “certo exercício de criatividade” inspirada em Magnani (1998, p. 183) que alerta: “esta criatividade é relativa, pois seu exercício é determinado e limitado por uma série de fatores estruturais que constituem a rede de relações sociais, políticas e econômicas em que os trabalhadores estão imersos e que incidem em sua maneira de pensar, agir e situar-se frente a outros grupos e instituições sociais”.

pois neles oportuniza-se o estabelecimento de novas formas de relação dos sujeitos consigo mesmo, com o outro, com a natureza e com a cultura local.

Parece possível diante dessas análises pensarmos em sentimentos de sociabilidade, de pertencimento no sentido de celebração do espaço, re-ligação com a natureza, mesmo diante das tensões vividas no dia-a-dia dos grandes centros urbanos, quando estudos tradicionais urbanos apontam índices alarmantes de criminalidade, desemprego, fome, violência, degradação ambiental, entre outras mazelas sociais. Entretanto, mesmo considerando essas graves questões urbanas, o enfoque que proponho para pensar a relação Lazer/Meio Ambiente supõe outro ponto de partida: a construção social dos espaços públicos urbanos de lazer pensando numa cidade que privilegie o conceito de espaços públicos na elaboração, reconstrução e potencialização da cultura.

REFERÊNCIAS

- BRUHNS, H.T. (Org). *Temas sobre o lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000.
- BRUHNS, H.T. (Org). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.
- CARLOS. A. F. A. *Espaço – Tempo na Metrópole: A Fragmentação na Vida Cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. (1.Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1995.
- CURITIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. *Curitiba, na prática*. Curitiba: IPPUC, 2002.
- DE DECCA. E.S. E.P.Thompson: tempo e lazer nas sociedades modernas. In: BRUHNS, H.T. (Org). *Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes*. São Paulo: Chronos, 2002.
- DE GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madri: Editorial Tecnos, 1996.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). *Plano de Recreação em Curitiba*. Pesquisa, Diagnóstico e Propostas. 1973.
- LEFF, E. *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LUCHIARI, M.T. A mercantilização das paisagens naturais. In: BRUHNS, H.T; GUTIERREZ, G. (Org). *Enfoques contemporâneos do lúdico: III ciclo de debates*

lazer e motricidade. Campinas: Autores Associados, 2002.

MAGNANI J.G.C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MAFFESOLI, M. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATIELLO, A .M. *A sustentabilidade no planejamento e gestão de parques urbanos em Curitiba – PR: uma questão paradigmática?* Florianópolis: UFSC, 2001. (Dissertação, Mestrado).

MENEZES, C. L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: a experiência de Curitiba*. Campinas: Papyrus, 1996.

OLIVEIRA, D. de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

ORTEGA, F. *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 2000.

RECHIA, S. *Parques Públicos da cidade de Curitiba: A relação Cidade-Natureza nas Experiências de Lazer*. Campinas: Unicamp, 2003. (Tese, Doutorado em Educação Física).

SACHS, I. *Caminhos para desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 1990.

SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos, 2003.

TUAN, Y. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

VILLAVERDE, S. *Da natureza do espaço ao espaço da natureza: reflexões sobre a relação corpo-natureza em parques públicos urbanos*. Campinas: Unicamp, 1999. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

Endereço da autora:
Simone Rechia
E-mail: simone.rec@mps.com.br

Recebido em: 10/08/2004
Aceito em: 30/08/2004